



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE - UFS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA - POSGRAP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - NPGeo



“30 ANOS DE CONTRIBUIÇÃO À GEOGRAFIA”

São Cristóvão, 29 e 30 de Agosto de 2013.

A LIGA DOS CAMPONESES POBRES (LCP) E A ESPACIALIZAÇÃO DA LUTA PELA TERRA NO CAMPO ALAGOANO

David Pimentel Oliveira Silva

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia

Universidade Federal de Sergipe

Grupo de Pesquisa: Relação Sociedade-Natureza e Produção do Espaço Geográfico

E-mail: davidpepper2@hotmail.com

Marco Antonio Mitidiero Junior

Orientador e professor do Departamento de Geografia– UFPB

Grupo de Pesquisa: Relação Sociedade-Natureza e Produção do Espaço Geográfico

E-mail: mitidierousp@yahoo.com.br

No espaço agrário alagoano, um movimento dissidente do MST destaca-se pela expressão social obtida nos últimos anos: a Liga dos Camponeses Pobres (LCP). O caráter radical e combativo do programa agrário da LCP foi o que a *priori* proporcionou a curiosidade e o anseio pela investigação científico-geográfica.

A *Liga dos Camponeses Pobres (LCP)* é um movimento camponês que surgiu logo após a batalha de Santa Elina, ocorrida em 9 de agosto de 1995, no município de Corumbiara, Estado de Rondônia. O episódio ficou conhecido como “Massacre de Corumbiara”, no qual 600 famílias, acampadas na Fazenda Santa Elina, foram atacadas pela Polícia Militar (3º Batalhão de Vilhena e COE – Comando de Operações Especiais) e por bandos de pistoleiros. Passaram-se 16 anos e as famílias ainda resistem e lutam pela punição dos crimes cometidos e pelo corte das terras da fazenda Santa Elina. Neste espaço de tempo, o movimento que se constituiu a partir de grupos dissidentes do MST, trocou a bandeira de luta pela Reforma Agrária por um programa de ação com o lema, um tanto curioso, de luta pela “Revolução Agrária”. A LCP tem se consolidado em várias regiões do Brasil, inclusive no estado de Alagoas.

É no contexto de dissidências e formação de novos movimentos sociais camponeses que se insere o objeto-alvo desta pesquisa. Mais precisamente, esta pesquisa direciona-se no intuito de se aprofundar em análises sobre a relação da luta pela terra empreendida pela LCP

na produção do espaço agrário alagoano. As ações camponesas lideradas por este movimento é observada em diversas localidades do estado de Alagoas, mas principalmente na microrregião da Zona da Mata alagoana. Isso se deve ao próprio contexto histórico, marcado pela concentração de terras empreendidas ao cultivo das monoculturas da cana-de-açúcar, baseado na exploração do trabalho. As oligarquias alagoanas ainda permanecem detentoras das grandes propriedades em quase todos os municípios desta microrregião. Deste modo, a proposta central desta pesquisa é desenvolver um estudo enviesado no olhar sobre movimento dialético da luta de classes no campo alagoano, tomando como referência o processo de espacialização da Liga dos Camponeses Pobres, suas formas de luta e principais embates acerca das questões que envolvem a Reforma Agrária. Assim como, analisar as transformações territoriais construídas ao longo da consolidação de suas áreas.

Neste estudo, tem-se a interpretação do método dialético como princípio básico para se trilhar o caminho que possibilite obter a compreensão da realidade, através do uso da categoria da totalidade concreta. Eliminando as abstrações postas na sociedade (capitalista), o materialismo concebe a realidade social em sua natureza como um todo/complexo estruturado, dialético (movido por contradições) e historicamente determinado, que se desenvolve e que se cria, e concebe o homem como sujeito objetivo, histórico-social (KOSIK, 2002).

A análise da sociedade através do materialismo dialético é a “análise da luta de classes”, onde a “dinâmica social é revelada pelos conflitos” (KAYSER, 1985, p.33). Assim, discutir sobre movimentos sociais camponeses que estão inseridos num contexto conflituoso e contraditório, só é possível através da dialética. Sua razão torna possível a busca do conhecimento das condições concretas da pesquisa e os aspectos concretos do real através das contradições. A contradição aqui em questão está exemplificada na realidade conflitiva entre a classe dos camponeses (organizados pela LCP) que não possuem acesso à terra (e a nenhum outro meio de produção, a não ser sua própria força de trabalho), e uma classe dominante concentradora de terra, acumuladores de capital representados pelos latifundiários e agroindustriais (agronegócio).

Na presente pesquisa, a divisão dos temas do referencial teórico (do projeto) já esboça a formação de dois capítulos para a dissertação. Um primeiro capítulo que levanta uma discussão de cunho mais teórico sobre a concentração fundiária e a trajetória do movimento camponês no Brasil. E um segundo capítulo, no qual procuramos desenvolver uma análise acerca dos estudos sobre o movimento camponês na teoria/perspectiva geográfica. Entretanto, esta pesquisa pretende incluir neste trabalho mais dois capítulos. Um terceiro capítulo

resultado dos estudos mais aprofundados sobre a formação e a espacialização da Liga dos Camponeses Pobres (LCP) no Brasil; e o último, que será produzido através das análises realizadas sobre a LCP e a questão agrária em Alagoas.

Em nossas reflexões teóricas, levantamos uma primeira discussão sobre a concentração fundiária com considerações acerca da propriedade privada e da luta de classes no campo brasileiro. A propriedade privada tornou-se parte da essência do capitalismo. Ou seja, o modelo de propriedade privada que passa por várias transformações concernentes às suas relações sociais nos diferentes períodos históricos chega ao modelo da propriedade privada burguesa. No contexto da sociedade burguesa, para Marx (2006, p. 131) “a essência subjetiva da propriedade privada, a propriedade privada como atividade para si própria, como sujeito, como pessoa, é o trabalho”. A relação da propriedade privada quer seja móvel (indústria) ou imóvel (propriedade da terra) cria as condições necessárias para a produção e a acumulação de capital através do lucro com extração da mais-valia explorada do trabalhador e/ou através da obtenção da renda da terra. Em suma, a propriedade privada é a condição para si, que garante ao capitalista a acumulação de riqueza através da exploração do trabalho na produção de mercadorias.

No caso brasileiro, a expansão desse modelo capitalista e de suas relações com a propriedade privada, não criou apenas uma elite latifundiária enriquecida e organizada enquanto classe dominante, mas também, gerou uma classe camponesa expropriada muito bem organizada politicamente, que passou a lutar em contraposição à realidade imposta. Materializou-se se assim, um movimento contraditório e conflitivo de luta de classes entre uma histórica elite agrária e uma massa de camponeses pobres e/ou sem terra que ergueu a bandeira da luta pela terra e pela Reforma Agrária em todo Brasil. Deste modo, une-se a este contexto conflituoso da questão agrária brasileira as ações de um Estado articulador da classe dominante e de seu aparato ideológico. E por esse motivo, Estado e Ideologia se apresentam enquanto atores e conceitos que também nos propusemos a analisar.

Na discussão que esboçamos no primeiro momento desta pesquisa, priorizamos pontos acerca da questão agrária brasileira, como a propriedade privada, a concentração fundiária, o Estado, a reforma agrária e a luta de classes no campo. Dando continuidade a esta primeira discussão, no esboço do segundo capítulo, preocupamo-nos em refletir como vem sendo desenvolvida a análise sobre o movimento camponês sob o ponto de vista teórico da Geografia. Desta forma, colocamos em questionamento conceitos recentemente construídos e propostos na Geografia, e nos posicionamos com relação ao tema, tendo em vista no procedimento investigativo, a realização de um trabalho concernente ao nosso objeto de

estudo: a Liga dos Camponeses Pobres. Assim, este segundo ponto de nosso projetocentrou-se nos objetivos de analisar, refletir e discutir, através da revisão bibliográfica referente aotema em questão, a proposta teórica sobre o estudo dos movimentos sociais camponeses, essencialmente, na perspectiva geográfica.

Esta proposta teórica, alicerçada na definição conceitual de Movimento Socioterritorial, foi e vem sendo empreendida pelo geógrafo Bernardo Mançano Fernandes e reproduzida entre estudantes e pesquisadores que seguem suas concepções. Para tanto, desmembramos a discussão sobre este tema, no que se refere aos seus resultados, em três partes principais. A primeira parte é dedicada a uma breve revisão sobre a compreensão dos conceitos de espaço e de território como categoria geográfica, sob o ponto de vista em que se apoia Fernandes. A segunda parte, de caráter explicativo, trata de revisar a própria proposta teórico-conceitual em se estudar os movimentos sociais camponeses na perspectiva geográfica, ou seja, trata de explicar resumidamente a abordagem conceitual de Movimentos Socioterritoriais (Camponeses). E por último, faz-se uma discussão de cunho reflexivo sobre essa proposta ou contribuição teórico-conceitual, com o intuito de colocá-la em questão, fundamentando-se em suportes teóricos que possam contradizê-la. Assim, explicitamos nossas concordâncias e discordâncias no trabalho com o conceito.

Ademais, a pesquisa encontra-se em andamento. Além das disciplinas cursadas, da contínua pesquisa bibliográfica e da coleta de dados secundários, já realizamos um primeiro trabalho de campo. Esta primeira ida à campo teve os seguintes objetivos: pesquisar referências bibliográficas relacionadas ao tema de pesquisa na biblioteca da Universidade Federal de Alagoas (UFAL); pesquisar dados secundários na sede do INCRA/AL; entrevistar a superintendente do INCRA do Estado de Alagoas; e entrevistar o secretário estadual do Partido Comunista Brasileiro (PCB/AL) que trabalha como assessor no INCRA/AL. Agora, temos nos programado para a construção de um segundo trabalho de campo que possibilitará a obtenção dos dados necessários para a continuidade e concretização desta pesquisa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

KAYSER, Bernard. O geógrafo e a pesquisa de campo. Seleção de textos – AGB. *Teoria e Método*, n.11, 1985.

KOSIK, Karel. *Dialética do Concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

MARX, Karl. *Manuscritos Econômico-filosóficos*. São Paulo: Martin Claret, 2006.

Eixo Temático: Análise Agrária.